

POLÍTICA E IMPRENSA ANARQUISTA: DEMOCRACIA NAS PÁGINAS DO JORNAL *AÇÃO DIRETA* (1946)

Arthur Guimarães de Oliveira Castro¹⁴⁰

RESUMO

Este trabalho apresenta como a imprensa anarquista debateu a democracia nos anos de 1946, período que corresponde ao início do primeiro governo eleito após a ditadura de Vargas, especificamente o periódico anarquista *Ação Direta*. Da 4ª à 12ª edição, diversos anarquistas especulam sobre conceitos democráticos, participação política e socialismo, ao longo de uma diversidade de textos que incluem artigos de brasileiros como José Oiticica, revolucionários clássicos como Mikhail Bakunin e periódicos dos mais diversos países. Democracia é entendida pela maioria do campo anarquista como uma construção política de participação direta e coletiva, distante do modelo representativo predominante nos regimes liberais capitalistas.

Palavras-chave: Democracia, Imprensa anarquista, *Ação Direta*, Participação, Socialismo.

ABSTRACT

This paper presents how the anarchist press debated democracy in 1946, a period that corresponds to the beginning of the first democratic government after the Vargas dictatorship, specifically the anarchist journal *Ação Direta*. From the 4th to the 12th edition, several anarchists speculate on democratic concepts, political participation and socialism, along a diversity of texts that include articles by Brazilians like José Oiticica, classic revolutionaries like Mikhail Bakunin and periodicals from various countries. Democracy is understood among most of the anarchist movement as a political construction of direct and collective participation, far from the predominant representative model in liberal capitalist regimes.

Keywords: Democracy, Anarchist Press, *Ação Direta*, Participation, Socialism.

¹⁴⁰ UNISAGRADO – Centro Universitário Sagrado Coração.

1. INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

Após o fim da Guerra Fria e o colapso do “socialismo real”, Francis Fukuyama, historiador conservador, proclamava que a história havia chegado ao fim e que a ordem liberal se estabeleceu como força político-ideológica. Todavia, o novo milênio trouxe uma diversidade de debates e acontecimentos que alteraram esse entendimento. O colapso econômico de 2008, por exemplo, provocou um efeito semelhante à 1929, abrindo espaço para o fortalecimento de movimentos populistas e autoritários de direita. Somava-se a estes fatores uma crise migratória que fortaleceu discursos xenofóbicos na Europa e em outros continentes do globo. Uma escalada autoritária parece se instalar neste século XXI como foi no início do século XX.¹⁴¹

Se na primeira metade do século XX as democracias liberais se sentiram ameaçadas por líderes como Benito Mussolini, Adolf Hitler, Francisco Franco e Getúlio Vargas, novamente há a ascensão de uma política ultraconservadora e autoritária. Os governos de Putin, na Rússia, de Trump, nos Estados Unidos, de

Erdogan, na Turquia, de Netanyahu, em Israel, e de Modi, na Índia, são apenas alguns exemplos do autoritarismo conservador dos últimos anos.¹⁴²

Mas o que vem ganhando forte espaço na Mídia é o fortalecimento desse movimento autoritário no continente europeu, especialmente entre os integrantes da União Europeia. A quase vitória de Marine Le Pen na França, da Frente Nacional¹⁴³, deixou preocupado o *establishment* político francês. Partidos declaradamente neofascistas, como a Aurora Dourada grega ou Casa Pound italiana, se encontram em processo de ascensão e pela primeira vez a extrema direita chegou ao parlamento alemão desde o fim da Segunda Guerra, representada pela Alternativa para a Alemanha.

Se o autoritarismo político tem demonstrado uma tendência de crescimento, a esquerda e o socialismo, segundo Löwy (2014), vivem um dos seus maiores momentos de crise e a expectativa de revolução se encontra muito distante. O fim das experiências stalinistas e a guinada da socialdemocracia para o neoliberalismo deixou um vácuo de oposição ao poder outrora ocupado pela esquerda, que foi

¹⁴¹ O fascismo pode ser entendido como uma “revolta na ordem”, a combinação de elementos radicais e conservadores, e sua ascensão está relacionada com a incapacidade da esquerda revolucionária responder de forma adequada diante das crises do sistema capitalista. (BERNARDO, João. 2003.)

¹⁴² Dentro do amplo campo da extrema direita é possível ainda citar Rodrigo Duterte nas Filipinas, o Estado Islâmico, Jair Bolsonaro no Brasil e movimentos no Japão, na Colômbia e na Birmânia. (LOWY, Michael. 2019)

¹⁴³ Recentemente, o partido alterou seu nome para Reunificação Nacional. (MEIRELES, Ana. 2018)

preenchido pelo conservadorismo e o nacionalismo. De tal modo

O colapso de grande parte do antigo Segundo Mundo, o bloco soviético, oferece uma explicação parcial para a falta de substância de uma política popular. Esses desenvolvimentos abalaram toda uma geração que identificava o socialismo com o modelo soviético. Ao mesmo tempo, a social-democracia sofreu um duro golpe pela incapacidade manifestada pelos estados de bem-estar social keynesianos em restaurar o crescimento econômico, reduzir o desemprego ou financiar efetivamente as medidas de bem-estar; a maioria dos partidos socialdemocratas foi conduzida ao neoliberalismo durante os anos 1990. [...] O lado sombrio da crise geral das políticas populares progressistas tem sido uma rápida e assustadora ascensão de movimentos massivos de direita, nacionalistas e religiosos, como o fundamentalismo cristão e hindu, o islamismo radical e o neofascismo. De orientação antidemocrática, antimoderna e anti-secular, esses movimentos não trarão nada além de infundáveis conflitos étnicos e raciais, regimes autoritários e uma época de reação comparável aos anos mais obscuros de meados do século XX. (SCHIMDT E WALT, 2013, p.11-12)

Ainda pode-se apontar que há uma ampla crise de representatividade por todo o mundo, expressa em diversas revoltas como o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, os *Indignados* na Espanha e a Primavera Árabe, todos em 2011, bem como os protestos no Brasil e na Turquia, em 2013. Apesar do teor progressista, foram seguidos por um avanço do conservadorismo e autoritarismo. Não há como compreender a rejeição aos valores democráticos pelo reacionarismo

ascendente se não se entender o próprio conceito de democracia.

A democracia hoje existe sob os valores universais do iluminismo e do liberalismo. Liberdade política é prontamente associada a outros conceitos como economia de mercado e regime constitucional, conforme Merquior (2006), fruto do fim do poder aristocrático e monárquico e a ascensão da Burguesia enquanto classe.

Hoje entende-se como prática democrática a eleição de representantes que serão os porta-vozes dos anseios populares, mas os atenienses consideravam a democracia um exercício político realizado por todos os cidadãos como o modelo ideal. Certamente é possível discordar desta concepção quando se recorda que mulheres e estrangeiros eram destituídos deste direito, e a escravidão era o modelo econômico (FUNARI, 2001). Por outro lado, como colocou Bakunin (2015), apesar deste defeito, essa inovadora perspectiva da civilização grega deu abertura para o livre pensamento e a liberdade política e social.

Ainda que a forte associação da concepção de democracia e participação política contemporânea esteja associada à

visão liberal¹⁴⁴ ¹⁴⁵, erguida sobre os alicerces de teóricos franceses como Rousseau (MERQUIOR, 2016), há fortes reflexões a seu respeito oriundas do campo socialista. Mesmo no campo marxista debateu-se sobre a utilização de institutos democráticos, e tais discussões chegam até os presentes dias (COUTINHO, 1990).

Ao observar o passado, é possível encontrar leituras que ajudem a repensar o presente. O jornal *Ação Direta*, de orientação anarquista, surgiu logo após a queda do Estado Novo e o retorno à democracia liberal burguesa. Este periódico anarquista fornece instigantes posições sobre democracia num momento em que esta discussão era predominantemente feita pela direita e esquerda marxista. O *Ação Direta*, pelo seu momento histórico, isto é, estar em meio a uma época que os embates se davam em torno de fascismo, liberalismo e stalinismo, tornou-se uma rica fonte e objeto de estudo para entendermos a reflexão sobre democracia. Mas é imprescindível compreender que as

publicações deste periódico estavam inseridas no contexto da época, sobretudo no debate sobre a decadência dos regimes totalitários e a polarização mundial promovida pela Guerra Fria.

A definição teórica de Anarquismo que fornece a base desta pesquisa é a apresentada por Corrêa (2012), que buscou reavaliar as antigas leituras a-históricas¹⁴⁶ comuns a respeito da tradição anarquista, e desta perspectiva observar a própria forma de entender a ideologia nas páginas do periódico, desmistificando afirmações de adversários e até mesmo simpatizantes do Anarquismo¹⁴⁷, em favor de uma leitura mais coerente. A doutrina anarquista teve sua origem na Aliança da Democracia Socialista, surgida em 1868, sendo, portanto, uma posição à esquerda do espectro político, visando a superação de sistemas construídos com base nas relações de dominação em favor de uma nova ordem pautada na autogestão. Isso não implica a negação do poder, mas a defesa de uma outra forma de poder.

¹⁴⁴ Na opinião de Losurdo (2004), é equivocada a associação de democracia com liberalismo, pois historicamente inúmeros liberais se colocaram contra conquistas democráticas. A convivência inglesa e norte-americana com a escravidão seria apenas um exemplo.

¹⁴⁵ Merquior (2016) informou que diversos liberais clássicos possuíam preocupações quanto à participação popular e uma possível ditadura da maioria, tais como Stuart Mill e Tocqueville. Posteriormente, o liberalismo-conservador seria uma corrente interna da ideologia liberal no qual essa desconfiança para com o povo seria mais destacada.

¹⁴⁶ O anarquismo foi associado inúmeras vezes à movimentos e teóricos anteriores ao próprio surgimento desta ideologia, tais como Max Stirner e William Godwin (CORRÊA, 2012).

¹⁴⁷ O anarquismo não pode ser sinônimo de oposição ao Estado, pois entre marxistas e liberais também existiam teorias e críticas nesse sentido. Esse equívoco resultou em autores não associados à perspectiva anarquista fossem incluídos, como Tolstói (CORRÊA, 2012).

O Capitalismo é um sistema de dominação no qual os donos dos meios de produção (terras, fábricas, instrumentos de trabalho), a chamada Burguesia, vivem da exploração da classe trabalhadora. O Estado, por sua vez, também perpetua uma relação de dominação através do monopólio da violência e da administração pública, em benefício de uma classe burocrática dirigente. Desta forma, o Anarquismo é contrário ao sistema capitalista e ao sistema estatal, buscando a construção de uma nova ordem social. A autogestão, sistema de poder defendido historicamente pelos anarquistas, ao contrário da dominação, é o entendimento de todas as pessoas devem ter o controle sobre as decisões que lhes dizem respeito: por exemplo, os locais de trabalho e de moradia devem ser geridos por todas e todos que neles trabalham e moram, por voto ou por consenso, sem o estabelecimento de hierarquias. De igual forma, ninguém pode ou deve ser submetido a outrem por relações de superioridade pautadas em raça, etnia, sexualidade, gênero ou outras. Em outras palavras, é o poder de decisão exercido diretamente pelo povo, de baixo para cima (CORRÊA, 2012).

Todavia, aspectos de como esta forma de poder autogestionária deve funcionar, bem como a estratégia para se alcançar essa nova sociedade, promoveu

discordâncias no campo libertário. Haviam anarquistas favoráveis e contrários à necessidade de organização, e mesmo neste ponto, ocorreram divergências. A Plataforma Organizacional, defendida por anarquistas como Makhno, partia da necessidade de uma forte disciplina e compromisso entre os membros organizados, posição duramente criticada pelos alinhados à Síntese, de Volin, que buscava maior flexibilidade e apego à noção de individualismo. Este debate atravessou por décadas o anarquismo europeu. Mas teria impactos no Brasil?

É essencial o estudo de Silva (2017), que promoveu uma apresentação do contexto anarquista no Brasil no período da Segunda República, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro. A compreensão dos debates, das ações e da conjuntura local são essenciais para o bom entendimento dos textos apresentados no periódico. Silva (2017) aponta que nada a respeito da polêmica entre platformistas e sintetistas foi pautado nos jornais ou relatos de anarquistas na mesma época, no entanto, há indícios de um consenso no anarquismo brasileiro em torno da construção de uma organização nacional, através da realização de congressos, bem como rusgas em torno de alguns aspectos. Uma das divergências que ocorreu foi sobre se o anarquismo deve

se preocupar com a libertação humana¹⁴⁸ ou com a libertação de classe, mas pouco foi aprofundado a respeito de maiores detalhes, o que pode deixar perguntas sem resposta.

Outro ponto essencial a ser observado é a distinção de sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo (CORRÊA, 2012). Ambas as propostas são compreendidas como ramificações de uma estratégia sindical anarquista, mas com táticas diferentes. Os anarcossindicalistas defendem a construção de uma organização de massas da classe trabalhadora que reivindique, de forma programática, a construção de uma futura sociedade anarquista. Os anarquistas defensores do Sindicalismo Revolucionário, por outro lado, compreendiam que o sindicato – como organização de classe – não deveria ser hegemonizado por uma ideologia política exclusiva, e se houvesse a necessidade, que se construísse uma organização específica para anarquistas em paralelo. Na Espanha e na Argentina, testemunhou-se a experiência anarcossindicalista da CNT e da FORA, mas no caso do Brasil, os anarquistas foram aderentes do Sindicalismo Revolucionário (CORRÊA, 2012; SILVA, 2017).

A época do início do *Jornal Ação Direta* se trata do pós-Segunda Guerra, no

qual os impactos do fascismo ainda eram sentidos. Havia a ditadura franquista na Espanha, e o anarquismo brasileiro se dedicou bastante em denunciá-la, inclusive devido a recepção de imigrantes espanhóis (SILVA, 2017). Disto, também destacaram-se as conexões anarquistas com outros países, incluindo norte-americanos, latino-americanos e europeus. Os militantes brasileiros participaram de reuniões e congressos estrangeiros, incluindo na Argentina, buscando o fortalecimento de laços.

Desenvolver uma pesquisa que demonstrou as concepções de democracia num periódico anarquista possibilitou caminhos e perspectivas enriquecedoras para diversos campos e áreas de estudo, conforme enumerados abaixo:

- Para a História do anarquismo, em especial no Brasil, em um período onde ele supostamente estaria enfraquecido após a repressão massiva do Estado Novo, bem como seus adeptos enxergavam o surgimento de uma ordem profundamente polarizada;
- Para a História da imprensa, indubitavelmente para os estudos dos periódicos anarquistas, já bastante dilatados nas Universidades.
- Para a História presente, com novas

¹⁴⁸ Ao falar em libertação humana, os sintetistas buscavam ressaltar a importância das liberdades individuais. O sintetismo advoga uma síntese entre o individualismo de Max Stirner, o anarco-comunismo e o anarcossindicalismo (CORRÊA, 2012; SILVA, 2017)

reflexões sobre o que é democracia e participação popular, buscando ajudar a encontrar respostas para a atual crise do século XXI;

- Sem dúvida, a pesquisa torna-se relevante ao discutir o problema da democracia na imprensa anarquista. Como ela interfere, impõe e contribui para influir da visão da sociedade brasileira sobre participação e identificar como essa sociedade brasileira se apropria das representações criadas pela grande imprensa.

Firme no propósito de ter realizado uma pesquisa que contribua para temas tão relevantes e pertinentes nos anos de 2018 e 2019, como as questões em torno da democracia, o papel da imprensa anarquista e a contribuição desta para os debates políticos, foi avaliado o debate sobre democracia no periódico anarquista *Ação Direta* nas edições de nº 4 à 12, cujos objetivos foram:

1. Identificar os conceitos de democracia pelos colaboradores do periódico *Ação Direta*;
2. Comparar se há divergências entre os colaboradores do periódico sobre a concepção de representatividade e participação democrática;
3. Avaliar a posição do periódico sob as lentes das pesquisas mais

recentes sobre a doutrina anarquista e a teoria desenvolvidas em seu seio.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Ação Direta circulou entre 1945 e 1959 em homenagem a outro periódico de mesmo nome, tirado de circulação após a ascensão do regime ditatorial dos anos 30, e foi desenvolvido por importantes militantes anarquistas brasileiros, como Edgard Leuenroth e José Oiticica. É um periódico precioso para a análise do anarquismo e imprensa no Brasil (Silva, 2017).

As indicações para a análise do jornal seguiram as sugestões propostas por Cruz e Peixoto (2007) a partir do seguinte roteiro que não deve ser entendido como um modelo único e universal:

1º Identificação do Periódico – título, subtítulo, datas-limites da publicação, periodicidade e classificação da instituição;

2º Projeto Gráfico – propõe indagar sobre a organização e distribuição de conteúdos nas diversas partes e seções no interior do periódico; as formas de hierarquização, relacionamento e ênfase dos temas e dos conteúdos; a localização e extensão das seções e partes, as funções editoriais a elas atribuídas e por elas desempenhadas assim como seus modos de articulação e expressão.

3º Produção e Distribuição – propõe indagar sobre algumas outras dimensões da

publicação relativas às suas formas de produção e distribuição, pensadas como processo social e não meramente técnico e que nos remetem aos grupos produtores, aos públicos leitores e às redes de comunicação que aí se constituem.

4º Projeto Editorial – propõe o aprofundamento da análise do projeto editorial do periódico na conjuntura por meio uma leitura mais detida e cuidadosa dos conteúdos, problematizando o movimento da revista enquanto força ativa e as articulações entre presente, passado e futuro que embasam sua perspectiva histórica.

Para realizarmos esta quarta fase, nos baseamos tecnicamente nas propostas de Zicman (1985) que sugere os seguintes passos:

a) Categorização: definição de classes ou categorias de análises a partir de levantamentos de vários elementos constitutivos dos artigos (inventário) e redistribuição destes elementos em grupos ou tipos análogos (classificação)

b) Codificação: é quando se realiza a distribuição das unidades-temas por categorias atribuindo-se a cada uma das categorias um símbolo nominal ou numérico, privilegia-se três aspectos: presença ou ausência, frequência e orientação.

Como diz Cruz e Peixoto (2007) este roteiro permitiu colocar ênfase na

leitura e problematização da própria publicação selecionada na pesquisa, dessa forma essa proposta remete à enfrentamento que se inicia na revista e a tem como ponto de partida para a compreensão da conjuntura. Nesse movimento permitiu realizar, nos procedimentos metodológicos, a postura teórica que faz da imprensa um momento derivado, expressão ou reflexo da realidade já dada.

A identificação do periódico, do projeto gráfico e do editorial trouxeram a esse trabalho muitas informações essenciais para a compreensão do periódico Ação Direta durante o ano de 1946.

3. RESULTADOS

3.1 - JORNAL

Os anarquistas brasileiros se encontravam em um momento de reorganização após a repressão getulista no Estado Novo, e se tratando de uma corrente política marginalizada com o crescimento do PCB na esquerda, tentavam recuperar sua atuação junto à população. O editor do periódico Ação Direta era José Oiticica, professor de português e literatura no Colégio Dom Pedro II, responsável pelo jornal até sua morte em 1957; sua esposa, Sônia Oiticica, ocuparia sua função nos anos seguintes. Com uma tiragem de em média 3000 exemplares, sua distribuição

era realizada da seguinte forma: 1800 eram enviados para as bancas de jornais da cidade do Rio de Janeiro, enquanto o restante era destinado ao interior do estado ou mesmo para o exterior. (SILVA, 2017)

A organização dos textos contava com uma leve padronização, mas com recorrentes exceções. A disposição da página de abertura envolvia uma predominância de textos de autoria do próprio jornal ou de colaboradores, com abordagem diversificada. Apresentando artigos de opinião variados, poderia se tratar tanto de uma tática para atrair a classe operária com temas polêmicos quanto uma forma de agradar os colaboradores expondo seus textos na abertura.

A segunda página, cujo título de abertura era *Doutrina*, constava de forma regrada a publicação *A Doutrina Anarquista ao alcance de Todos*, de José Oiticica, geralmente acompanhada por traduções de autores anarquistas clássicos ou jornais anarquistas internacionais. Possuindo um caráter de promoção teórica, de esclarecimento da ideologia anarquista ao leitor, o texto de Oiticica buscava realizar este objetivo recorrendo a uma linguagem didática, e a adição de traduções seria uma forma de legitimar as ideias apresentadas.

A terceira (chamada de *Movimento Anarquista* nas edições de nº 4, 5, 7 e 8, e de *Ação Anárquica* nas de nº 10, 11 e 12) e

a quarta página (denominada *Documentário* em todas as edições, salvo a de nº 11) se assemelhavam, possuindo uma apresentação de artigos de opinião, notícias e notas de solidariedade, bem como pedidos de doação ao jornal e traduções diversas.

Nota-se, contudo, que na quarta página costumava-se haver a publicação da segunda parte de textos publicados nas páginas anteriores mas que, devido ao seu tamanho, não puderam ter sua totalidade apresentada. Soam como um complemento às duas primeiras, nas quais outros materiais que julgassem importante poderiam ser adicionados. A presença predominante de pedidos de doação nestas – através das notas “Administração” e “Reforço para Ação Direta” - é uma forma de não espantar o leitor de início, buscando conquistá-lo com seu conteúdo primeiramente.

Aponta-se a participação de anarquistas proeminentes da época, além de Oiticica e Peres, como Edgar Leuenroth. Há uma tradução constante dos jornais *Tierra y Libertad*, mexicano, e *Freedom*, norte-americano, simbolizando um acompanhamento das atividades anarquistas nestes países ou até uma relação de proximidade maior.

3.2 - DEMOCRACIA

Mikhail Bakunin¹⁴⁹ é considerado um dos grandes nomes do anarquismo, e dois textos publicados no periódico vieram a contribuir profundamente para uma concepção da dominação política do Estado. Em *O Estado é sempre opressor* (AD, 1946, nº 6, p.4), o revolucionário russo associa o aparato estatal a um instrumento do capital financeiro, ao qual fornecia proteção através de seu aparato policial e burocrático. Aquela fase do Capitalismo exigia uma centralização do Estado, cuja função é submeter a classe trabalhadora à exploração que esconderia seu despotismo através das eleições. A democracia representativa significaria "a submissão real do povo soberano à minoria intelectual que o governa" (AD, 1946, nº 6, p.4). Bakunin entende que, da mesma forma que o Capitalismo caminha para o monopólio econômico, o Estado caminha para a conquista de novos territórios, sendo militarista e conquistador.

Mas ele não limita sua crítica à democracia liberal, e em *Essência do Estado* (AD, 1946, nº 9, p. 2) polemiza diretamente com Marx e Lassale. Bakunin alega que todo Estado implica dominação, e por isso um Estado operário apenas faria

reproduzir essa relação - "o Estado, sem a escravidão, franca ou mascarada, é impossível" (AD, 1946, nº 9, p. 2). A ideia de proletariado como classe dominante seria repudiável: por um lado, poderia levar à opressão contra outras classes sociais, como o campesinato, ou mesmo contra a população de outra nação; por outro, seria inviável a participação de toda classe proletária na administração estatal, levando necessariamente ao governo de uma minoria eleita. Bakunin prossegue:

Porém, dizem os marxistas, essa minoria será formada de trabalhadores. Sim, de antigos trabalhadores, talvez, porém que, mal virem governantes ou representantes do povo, deixarão de ser trabalhadores e considerarão o mundo trabalhador lá da sua altura estatista. Já não representarão, nesse caso, o povo, senão a si mesmos e a suas pretensões de querer governar o povo. (AD, 1946, nº 9, p. 2)

O anarquista russo entende que a principal argumentação desse governo dos trabalhadores seria de que possuem acesso ao conhecimento, à ciência, que legitimaria seu poder em detrimento das massas populares. O povo seria ignorante demais para essa nova elite, sendo alienado das discussões relativas ao governo, que pertenceria à "uma aristocracia nova e pouco numerosa dos verdadeiros ou pseudosábios" (AD, 1946, nº 9, p. 2).

¹⁴⁹ Bakunin foi um revolucionário russo profundamente implicado na formulação do anarquismo em 1868, sendo talvez um de seus maiores teóricos. Participou ativamente da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), na qual polemizou e polarizou com Karl Marx (CORRÊA, 2019).

Finaliza estabelecendo os contornos entre a posição anarquista e a marxista:

Eles afirmam que só a ditadura — a deles evidentemente — pode criar a vontade do povo; mas nós respondemos: nenhuma ditadura pode ter outra mira senão sua própria perpetuação, nem é capaz de desenvolver, no povo que a suporta, outra coisa que a escravidão. A liberdade só pela liberdade pode ser criada, - isto é, pela rebelião do povo e pela organização livre das massas laboriosas de baixo para cima. (AD, 1946, nº 9, p. 2)

Ainda no campo de tradução de celebridades internacionais, Arshinov¹⁵⁰ foi um dos participantes da Revolução Ucrainiana, e um dos principais nomes do plataformismo (CORRÊA, 2012). Um de seus textos (AD, 1946, nº 10, p. 4) retratava um pouco das comunas camponesas que tiveram seu funcionamento durante o período da Guerra Civil Russa. Se tratava de uma experiência que se baseava no federalismo, com posições rotativas que "eram confiadas à um ou dois camaradas que, terminando elas, volviam ao trabalho habitual, lado a lado com outros membros da comuna" (AD, 1946, nº 10, p. 4). Arshinov afirmava que era indispensável uma organização unificada, subdividida em distritos e departamentos,, e para tal era necessário instâncias que lhes permitissem discutir e resolver os problemas locais, sendo estes "os congressos regionais de

camponeses, operários e guerrilheiros" (AD, 1946, nº 10, p. 4).

Em *Retrato do Bolchevismo russo* (AD, 1946, nº 12, p. 2), Arshinov acusou o que considerava como autoritarismo ocorrendo no país soviético. A nacionalização, na verdade, implicou uma estatização absoluta da vida do povo - ela arrancou os operários das mãos da classe capitalista e os colocou "nas garras (...) de um só capitalista onipresente: o Estado" (AD, 1946, nº 12, p. 2). Enquanto a classe operária era destituída de direitos, a instituição estatal "é representada por funcionários (...) que são tudo" (AD, 1946, nº 12, p. 2). Considerando o regime soviético como um *capitalismo de Estado*, Arshinov nos presenteia com um relato: em 1918, operários, em Moscou, se revoltaram contra os baixos salários e as condições policiais presentes na fábrica em que trabalhavam, "expulsaram o comitê da usina" e "tomaram por salário parte da produção" (AD, 1946, nº 12, p. 2). Diante disso, os membros da administração, temendo que a ação operária pudesse estimular outras posições semelhantes de outros trabalhadores, definiram pelo fechamento da fábrica e a demissão dos funcionários. Esses administradores responsáveis pelo destino de milhares não

¹⁵⁰ O nome do anarquista aparece no periódico de formas diferentes, ora como Archinov, ora como Archinoff. Para efeitos práticos, será utilizada Arshinov, mais de acordo com as traduções em artigos e livros recentes, como àqueles do Instituto de Teoria e História Anarquista - ITHA.

teriam sido escolhidos pelas massas mas pelo partido bolchevique. Para Arshinov, restava muito pouco à classe trabalhadora russa, limitada à "votar em tal ou qual deputado aos soviets inteiramente submissos ao partido" (AD, 1946, nº 12, p. 2).

Diego Santillan, outro reconhecido anarquista, teve sua opinião exposta em dois trechos de seu livro *Alforria*, publicado em edições diferentes do jornal. Em *Dois Caminhos* (AD, 1946, nº 5, p. 2), alegava haver uma contradição entre as ideias de estatização e de socialização. O Estado e o Capitalismo se encontravam do lado oposto ao da economia socialista, que ocorreria com "entendimento direto dos produtores para regular a produção e distribuição segundo as suas necessidades" (AD, 1946, nº 5, p. 2). Para ele, os governos proletários são como qualquer outro governo, e reforça a percepção destes como capitalismo de Estado. Já em *Os Objetivos da Revolução Social-Libertária* (AD, 1946, nº 9, p. 2 - 3), Santillan inicia dizendo que a única forma de combater o domínio que a classe proprietária tem sobre a classe trabalhadora é socializando "a terra, os instrumentos de trabalho, os meios de comunicação, as matérias primas" (AD, 1946, nº 9, p. 2). O Estado constitui uma classe privilegiada, criando um partido que busca se autoproprietar; devido a isto, os anarquistas querem uma sociedade sem governo, com

"uma organização social livre, constituída do indivíduo ao grupo, do grupo à Federação" (AD, 1946, nº 9, p. 3). Santillan defende a ação direta, pois tende a ensinar às massas a agirem por conta própria, indo em contramão da "ação eleitoral e parlamentar, que só serve para reforçar o Estado" (AD, 1946, nº 9, p.3).

Mas não apenas anarquistas clássicos contribuíram para o debate sobre democracia nas páginas de *Ação Direta*, mas também outros periódicos tiveram textos traduzidos. O jornal Freedom, em *As Eleições Russas* (AD, 1946, nº 8, p. 2), fez uma descrição do modelo eleitoral e governamental soviético. A principal instância seria o Supremo Soviet, dividido internamente em Soviet da União - cuja eleição era de um deputado por 300 mil habitantes - e o Soviet das Nacionalidades - cuja eleição era de 25 deputados para cada república soviética. Essas instituições, contudo, eram diferentes dos Soviets estabelecidos durante a Revolução, que se baseavam em "conselhos de delegados de trabalhadores (...) eleitos por um número relativamente pequeno de pessoas e diretamente responsáveis por elas" (AD, 1946, nº 8, p. 2). Um dos principais aspectos que destoava o sistema russo das democracias liberais era a ausência de partidos de oposição; a indicação dos candidatos se dava pelo "Partido Comunista, uniões de comércio,

cooperativas, organizações da juventude e sociedades culturais" (AD, 1946, nº 8, p. 2). Apesar da possibilidade de votar em não vinculados ao Partido, não há candidatos de outras forças políticas, e assim "a única maneira de exprimir oposição ao candidato é abstrair-se de votar" (AD, 1946, nº 8, p. 2). Nas eleições, o distrito de Moscou elegeu Stalin com 100% dos votos, "o que não parece muito convincente" (AD, 1946, nº 8, p. 2). Assim:

Talvez ninguém tenha dado a Stálin o conselho que Kinsley Martin dera a Tito alguns dias antes das eleições da Jugoslávia: 'Espero que consiga 75 por cento', disse K. Martin, 'se conseguir 90 por cento, seria boa idéia destruir 25 por cento de seus votos'. (AD, 1946, nº 8, p. 2)

A maior parte das contribuições ao debate vieram, contudo, de textos de anarquistas brasileiros. Em *Não te libertarás, trabalhador* (AD, 1946, nº 10, p.3), o autor - que assinou como SP¹⁵¹- afirmou que não haveria uma libertação dos trabalhadores enquanto as decisões não forem fruto das assembleias gerais, às quais seriam responsáveis por eleger comissões executivas para cumprir as deliberações. Dessa forma, é importante se livrar do

controle do Ministério do Trabalho, que se apresentava como amigo mas atendia aos interesses de magnatas, bem como da polícia, que se encontrava ali "como espiã e elemento de coação" (AD, 1946, nº 10, p.3). SP ainda promove críticas aos partidos políticos que, ao seu ver, coloca acima dos interesses dos trabalhadores o interesse partidário.

Paulo de Castro apresenta uma série de críticas ao governo soviético em seu texto *O Homem Novo* (AD, 1946, nº 6, p. 1 e 4). Ele denunciava a promessa do surgimento de um *homem novo*, uma criação soviética, consequência da luta contra uma suposta cultura decadente, mas que tinha como resultado apenas a escravidão dos cidadãos. Segundo o autor, ocorreu a decadência da alternativa revolucionária marxista, se tornando elitizado e burocrático, e dando origem a teorias em contradição com o próprio marxismo que alegavam professar. Surgiu um Capitalismo de Estado, em favor dos "burocratas detentores do capital financeiro" (AD, 1946, nº 6, p. 4). Para aqueles não privilegiados, as massas, restam o "terror, miséria, supressão da assistência dos casos de aborto voluntário"

¹⁵¹ Os textos *Não te libertarás, trabalhador* (nº 10, p.3) e *Quem o viu...* (nº 8, p.1 e 4), são ambos assinados pela sigla SP. Apesar de não haver um grau de certeza, é possível supor que seja uma referência à Serafim Porto, que assinou *O Charco* (nº 7, p. 1). Ele trabalhava como professor na Associação Cristã de Moços e era um ativo militante anarquista (SILVA, 2017).

(AD, 1946, nº 6, p. 4). Paulo de Castro entendia que entre os apoiadores da União Soviética haviam aqueles sinceros, que viam no socialismo estatal uma alternativa, e aqueles oportunistas, que buscavam cargos e vantagens. No fim, a Revolução russa deu origem a um cesarismo burocrático.

O texto *Representação Errada* (AD, 1946, nº 8, p. 1), assinado apenas por F., buscou realizar uma análise da França pós Segunda Guerra. Afirmou que o parlamento francês, apesar do prestígio para os defensores da democracia burguesa, estava sujeito aos "defeitos de tal sistema de representação popular por delegação do povo através do voto" (AD, 1946, nº 8, p. 1). A eleição significaria renunciar à sua própria participação, e aquele eleito não necessariamente atenderia aos interesses de quem o elegeu. Após a Guerra, os diversos partidos políticos organizaram uma Assembleia Constituinte, à qual caberia apresentar a nova Constituição - esta, contudo, foi rejeitada pelo povo francês em plebiscito. Conforme o autor, deveriam, portanto, renunciar a suas posições de representantes, pois não sabem ou não querem interpretar os interesses do povo.

Na edição 11 do jornal (AD, 1946, p. 3), foi realizada a transcrição de uma fala sobre anarquismo realizada por Antônio Carlos na tribuna política da Rádio Cruzeiro do Sul de São Paulo. Era uma

resposta a um advogado, católico aparentemente conservador, que buscou associar os anarquistas ao crime e à patologia. Antônio Carlos fez uma breve explicação do anarquismo, que ele definia como a mais elevada das doutrinas socialistas, buscando "estabelecer a ordem na sociedade" através da "eliminação da autoridade do homem sobre o homem" (AD, 1946, p. 3). Afirmou que, na economia, os anarquistas desejam a socialização dos meios de produção, e politicamente querem "organismos formados em sentido federalista com função exclusivamente executiva" (AD, 1946, p. 3). Ainda considera os anarquistas parte dos "revolucionários sinceros de esquerda" (AD, 1946, p. 3).

Em *Abaixo a Guerra* (AD, 1946, nº 10, p. 1), Germinal afirma que uma camarilha internacional utilizou os conceitos de raça, democracia e pátria para promover guerras, e como resultado indivíduos acabaram se aniquilando mutuamente. Para o autor, a terra se transformou em um manicômio, pois massacres e devastações foram arquitetados por todos os governos e capitalistas do mundo, e com apoio das religiões. Germinal entendia que se houvessem heróis nas guerras mundiais, estes foram "os que se negaram a assassinar e pagaram tal crime nos campos de concentração" (AD, 1946, nº 10, p. 1). Milhões de pessoas morreram,

indivíduos foram sacrificados, para salvar "a democracia e a ditadura vermelha" (AD, 1946, nº 10, p. 1). Seja democracia ou comunismo, para o autor, nenhum tem mais importância do que a liberdade, que deve ser buscada através da própria liberdade.

Sem dúvidas, o anarquista que mais bem abordou o debate sobre democracia foi Edgar Leurenroth, célebre militante paulista. A edição 5, logo na primeira página, abriu com seu texto *Democracia integral e não corrida aos postos de representação e mando*, no qual buscou diferenciar a concepção democrática anarquista e a liberal. Segundo ele, comemorou-se no pós Segunda Guerra "o retorno da democracia, sobre cujo cadáver o fascismo se vangloriou de ter feito passar suas hordas de bandidos" (AD, 1946, nº 5, p.1). No entanto, polemizou, que esta não deve se confundir com a "vozeria de elementos que (...) faziam coro com os asseclas do totalitarismo" (AD, 1946, nº 5, p.1). Os anarquistas lutam contra todas as opressões, em defesa de uma "verdadeira democracia (...) a democracia integral, isto é, social" (AD, 1946, nº 5, p.1). É nela que "o povo em geral terá o seu quinhão de bem estar, de paz e de alegria, hoje privilégio apenas de uma minoria" (AD, 1946, nº 5, p.1). Esse modelo visado deve significar "igualdade social e (...) abolição de todos os privilégios políticos e econômicos" (AD, 1946, nº 5, p.1). Democracia é a

fraternidade e um regime do povo, pelo povo e para o povo, e "é esta democracia que está contida nas bases dos princípios anarquistas" (AD, 1946, nº 5, p.1). Em contrapartida, uma democracia eleitoral, de "ação parlamentar, que não passa de simples instrumento de prática política em regime pseudodemocrático" (AD, 1946, nº 5, p.1). Esta pertenceria àqueles que "se locupletam com os dinheiros públicos, exercem a advocacia administrativa e se envolvem em mil negociatas" (AD, 1946, nº 5, p.1).

José Oiticica foi, de fato, o principal responsável pelo periódico, atuando como seu editor. Em todas as edições analisadas, destacou-se a sua coluna *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, além de outros textos complementares: *Puro Fascismo e Atuação Anarquista nos Sindicatos*. Em *Atuação anarquista nos sindicatos* (AD, 1946, nº 4, p. 3), Oiticica reforçava a necessidade de uma intervenção nos meios operários, como forma de criar um diálogo com a classe trabalhadora. Ao abordar a situação nacional, identificou como um dos responsáveis pela decadência libertária no campo sindical o "bolchevismo, esse filho bastardo do socialismo, estatal, mascarado com o nome de revolucionário" (AD, 1946, nº 4, p. 3). Os ex-anarquistas que se converteram em comunistas foram criticados, como Astrogildo Pereira, que teria aspirações à

chefe, e seria responsável por uma campanha difamatória ao anarquismo, em "perfeito acordo com as diretrizes assinadas por Trotsky" (AD, 1946, nº 4, p. 3). A crítica àqueles alinhados aos bolcheviques incluía a adesão às políticas do Governo Vargas, enquanto a ampla maioria dos sindicalistas se colocavam contra. Encerrando, concluiu que "...a luta principal há de ser, nos sindicatos, contra os partidos políticos mascarados de revolucionários" (AD, 1946, nº 4, p. 3).

Em *Puro Fascismo* (AD, 1946, nº 7, p. 3), Oiticica observou o tratamento das greves nos países de democracias liberais, bem como a relação dos diversos governos com a Espanha franquista. Para ele, as supostas democracias, após a Segunda Guerra, vinham restringindo e regulando o direito à greve. Falando sobre o então presidente norte-americano, Truman, o classifica como reacionário e o Estado por este conduzido como "traidor dos próprios princípios liberais solenemente afirmados" (AD, 1946, nº 7, p. 3). Ainda criticando o modo de ação do governo estadunidense para com uma greve local:

Já um articulista de má morte, no *Correio da Manhã*, aponta o exemplo de Truman, argumentando com a grande democracia, sem ver que o ato da grande democracia é um ato puramente fascista, de plutócratas bifrontes e sem decoro político. (AD, 1946, nº 7, p. 3)

Outro jornalista, crítico a greve que ocorria em Santos, é chamado de pseudodemocrata. O contexto histórico se refere a um movimento grevista internacional contrário ao regime de Franco, havendo por parte de Oiticica uma denúncia ao que considera "mentalidades de fascistas legítimos, mascarados de liberalismo" (AD, 1946, nº 7, p. 3). "A resistência", entende Oiticica, "só pode vir dos trabalhadores porque Franco está mimado pela plutocracia americana, inglesa, brasileira, italiana e outras mais, inclusive a Igreja" (AD, 1946, nº 7, p. 3). Considerando, ainda, o governante argentino, Perón, um fascista, encerra exaltando a anarcossindicalista e argentina FORA, e denunciando o oportunismo dos que se intitulam líderes entre os operários.

Pode-se perceber que, para José Oiticica, a democracia liberal não seria de fato democrática - em suas palavras - e que os valores liberais seriam apenas um disfarce para posicionamentos plutocráticos ou mesmo fascistas. Mas o teor denunciativo de seus textos dão poucos detalhes sobre o que pensa de sociedade ou de democracia. A maior parte dos escritos de Oiticica se encontra em *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos*, que está presente em todas as edições analisadas. Esse texto foi elaborado para ser uma única produção, mas dividido em diversas partes

incompletas cujo sentido só é possível alcançar quando observadas em conjunto.

A propriedade privada seria protegida usando da força e da violência, e a organização desse aparato repressivo se chamaria autoridade, que seria manifestada na forma de "rei, presidente da República, ministros, chefes de polícia, delegados, almirantes, generais, juízes" (AD, 1946, nº 4, p.2). Os proprietários não lutariam para proteger seus privilégios apenas contra a classe trabalhadora, mas também entre si através da concorrência de livre mercado; se apresenta então uma segunda função da autoridade, que é "regular a concorrência econômica" (AD, 1946, nº 4, p.2). O Estado sendo a organização da autoridade, se apresentaria em sete feições. A primeira é a feição econômica, que é garantir a preservação do sistema capitalista, para que o capital seja "detido por um indivíduo, um grupo de indivíduos ou pelo próprio Estado" (AD, 1946, nº 4, p.2). O desenvolvimento do comércio e da acumulação de bens levou ao surgimento da moeda, dando origem à outra feição estatal, a financeira, isto é, a estrutura de agiotagem e especulação financeira atrelada aos bancos e à bolsa de valores (AD, 1946, nº 5, p.2).

A próxima feição, a política, é calcada em um "princípio único: a centralização" (AD, 1946, nº6, p. 2). O poder se concentraria em um governante

que em seguida indicaria seus ministros e subordinados; o Estado portanto "se acha organizado em pirâmide: na base, o povo" (AD, 1946, nº6, p. 2). O governo pode, contudo, se apresentar de diversas formas, como monarquia e república. Realizando uma breve observação histórica, Oiticica alegou que em alguns povos, os governantes afirmavam ser escolhidos pela divindade, e associados à uma casta sacerdotal, dominavam "pela superstição chamada religião" (AD, 1946, nº6, p. 2). Surgiam para preservar seus interesses, contra a população interna ou contra outros povos, as forças militares e policiais; estas, às vezes, derrubam o antigo governante, estabelecendo uma casta militar, no qual o novo monarca "é também representante temporal da divindade" (AD, 1946, nº6, p. 2). Quando as explicações religiosas não eram mais suficientes e o povo começou a duvidar do direito divino, se iniciaram revoltas e donos da propriedade decidiram procurar outras justificativas para sua dominação, surgindo então o sufrágio universal, no qual o povo deve governar por si mesmo, através da escolha de "certo número de representantes" (AD, 1946, nº6, p. 2). No entanto, através de inúmeros artifícios, os eleitos são sempre representantes dos proprietários, e uma vez que o regime baseado na propriedade não mudou, "tudo prossegue como dantes" (AD, 1946, nº6, p. 2). Oiticica afirmou que

os defensores do modelo eleitoral insistiam que o voto possuía duas virtudes. A primeira, é que os indivíduos elegeriam livremente os seus representantes; a segunda era que a diversidade de partidos políticos garantiria a fiscalização mútua. No entanto, contra-argumenta, o voto não poderia ser verdadeiramente livre, por quatro razões apresentadas: os cidadãos não seriam capazes de compreender todos os problemas nacionais, e conseqüentemente não votariam por competência mas por simpatias partidárias e pessoais, subornos ou populismo; os simpatizantes de partidos políticos acabariam por se entregar às disputas entre si, além de que seriam submetidos às direções partidárias; a eleição desviaria a atenção do enfrentamento aos donos da propriedade privada; e por fim, há o surgimento do "político profissional, um dos grandes inimigos das classes proletárias" (AD, 1946, nº7, p. 2).

Os políticos aparecem como alinhados à políticos importantes ou proprietários influentes e, para escalarem na hierarquia da cadeia de comando, acabam recorrendo "a baixezas, vilanias e crimes" (AD, 1946, nº7, p. 2). Iniciam como cabos eleitorais e aos poucos vão subindo na vida política, se candidatando como vereadores, deputados estaduais e federais, senadores e ministros. Para garantir a eleição, "montam para seu uso e

uso de seus patrões, os homens de dinheiro, uma vasta máquina eleitoral que lhes assegura e entrega o parlamento" (AD, 1946, nº7, p. 2). O voto sendo prejudicial ao trabalhador, contra ele "devem erguer eficaz protesto praticando a greve do voto" (AD, 1946, nº7, p. 2).

Para a classe proprietária se defender contra os trabalhadores, Oiticica entendia que seria utilizada a violência organizada, e assim apareceria a feição militar do Estado. Inicialmente permitidas apenas reclamações superficiais que não representassem ameaças à ordem estabelecida, tão logo a exploração aumentasse, logo surgiriam motins e revoluções, e o Estado recrutaria setores do próprio proletariado como policiais e militares para preservar os interesses dos "ricacos contra os pobres" (AD, 1946, nº 8, p. 2). Oiticica se põe a apresentar exemplos históricos desse papel repressivo. Ainda durante a Monarquia, o governo imperial, atendendo aos interesses dos proprietários de escravos, ordenou ao exército que capturasse aqueles que fugissem das fazendas; posteriormente, diante de Canudos, o Estado enviou "um exército de dez mil homens canhoneá-los e metralhá-los sem piedade" (AD, 1946, nº 8, p. 2). O Estado detém uma feição jurídica, isto é, uma regularização que formaria o amplo conjunto de leis, que podem ter origem tanto nas conquistas dos oprimidos contra

os opressores quanto "decretadas pelos fortes contra os pequenos, para garantia da sua exploração" (AD, 1946, nº 8, p. 2). Dessa forma, Oiticica entendia que a legislação poderia servir tanto à dominação de classe quanto à resistência das classes oprimidas.

Durante a Idade Média, os donos de terras se opuseram aos reis, exigindo que os monarcas os consultassem para decisões, dando origem as chamadas cortes. Posteriormente, os ricos não-nobres também se rebelaram, iniciando-se os parlamentos. É na atividade parlamentar que se produzem as leis, porém a preocupação não é com o bem estar nacional, já que os legisladores "são os grandes possuidores ou seus apadrinhados" (AD, 1946, nº 9, p. 2). O Direito é o conjunto teórico e legislativo que garante a proteção da propriedade, ensinado como sagrada e intangível, agindo como "uma superstição que se entranha na alma do povo e o estupidifica" (AD, 1946, nº 9, p. 2).

Para ensinar os cidadãos que aceitem pacificamente o regime social vigente, o Estado assumiria a função de pedagogo, sua outra feição. A idolatria política ensinaria às crianças e jovens o patriotismo, o respeito à propriedade, a crença nas instituições e "a obediência aos superiores hierárquicos" (AD, 1946, nº 9, p. 2). A educação estatal teria também a

intenção de formar operários instruídos para atender à demanda da indústria moderna. Oiticica observou nisso uma contradição útil, pois a instrução facilitaria "a propaganda libertária, podendo os proletários ler os folhetos, livros e jornais anarquistas" (AD, 1946, nº 9, p. 2).

Outra feição estatal seria a religiosa, que teria como objetivo a submissão do povo ao fazer este acreditar em uma divindade que castiga os maus, "os que se desviam das normas ditadas pelos sacerdotes" (AD, 1946, nº 10, p. 2). No Ocidente, a religião é o cristianismo, que atua em proteção do capitalismo, e portanto, "inimiga dos trabalhadores" (AD, 1946, nº 10, p. 2). Após a Revolução Francesa, o Estado passou a garantir a liberdade religiosa, o que em realidade significou reconhecer todas as religiões, recebendo em troca a "colaboração unânime da casta sacerdotal" (AD, 1946, nº 10, p. 2).

4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Silva (2017) entendia que o anarquismo brasileiro se encontrava em um momento de reestruturação, e o *Ação Direta* servia como instrumento nas mãos de indivíduos e organizações em prol deste objetivo. Militantes de Porto Alegre chegaram a indicar este periódico como

uma ferramenta de aglutinação, e em parceria com *A Plebe*, cumpria um papel fundamental na promoção das ideias libertárias. A presença de textos de congressos internacionais e mesmo de grupos nacionais em defesa de organização anarquista revela certas preocupações dos anarquistas brasileiros. Uma delas, a solidariedade internacional, extremamente recorrente, com a coluna fixa de Manoel Peres sobre a situação da Espanha franquista, que provavelmente se devia por sua ascendência espanhola e por sua conversão ao anarquismo por contato com imigrantes também espanhóis (SILVA, 2017). O apelo aos operários nas lutas sindicais, as críticas aos políticos profissionais e à ideia de autoridade também foram considerados assuntos de destaque no periódico.

As traduções de anarquistas clássicos como Bakunin, Arshinov e Makhno – estes dois últimos de orientação plataformista - apontam uma inclinação a um discurso mais classista e de apelo organizacionista, insinuando uma possível simpatia a essa corrente e Silva (2017) argumenta que Oiticica era conhecido por exigir cumprimento de compromissos e disciplina militante. Apesar disso, a participação de *Germinal*, anarquista

individualista¹⁵², revelaria uma certa tolerância teórica, uma disposição pela conciliação e diversidade.

Nesse sentido, no texto de *Germinal, Abaixo a Guerra* (AD, 1946, nº 10, p. 1), é perceptível a recusa da palavra democracia enquanto um aspecto a ser buscado ou defendido. Ao contrário, era um ideal pelo qual se sacrificavam as liberdades dos indivíduos, não havendo nenhuma tentativa de disputa do termo. Isso provavelmente se deu pela perspectiva de influência sintetista e da ideia de libertação humana, na qual o individualismo possui uma presença relevante e, em alguns casos, concorre para ofuscar a preocupação com a classe trabalhadora. No entanto, era uma posição minoritária quando contrastada com as demais presentes nas páginas do jornal.

Outros anarquistas, como Edgar Leurenroth, reivindicavam a palavra democracia, buscando associar a ordem capitalista como contrária aos valores democráticos. A sociedade a ser buscada deveria se estruturar em cima de conselhos populares formados por trabalhadores organizados com participação direta. Isso, contudo, não negava a necessidade de articulações mais amplas - Antonio Carlos e Serafim Porto falavam da necessidade de

¹⁵² O “anarquismo individualista” ou “anarco-individualismo” surge da interpretação de que as ideias de Stirner fariam parte da ampla tradição anarquista. Apesar de ser uma abordagem a-histórica, os anarquistas adeptos da Síntese regularmente reivindicaram as posições de Stirner (CORRÊA, 2012).

comissões executivas para cumprir as deliberações em assembleias.

A democracia representativa foi considerada ineficiente, corrupta e autoritária ao longo dos escritos dos diversos autores. Nos países capitalistas, as eleições serviriam apenas para produzir uma falsa sensação de participação entre os trabalhadores, mas o poder permaneceria nas mãos dos possuidores, como colocou Oiticica. O governo eleito seria apenas um instrumento nas mãos dos donos da propriedade privada, a classe capitalista, e nenhum candidato seria capaz de alterar a ordem social. O apadrinhamento e o coronelismo seriam intrínsecos ao sistema político, construindo uma rede de interesses nas quais os privilégios acabam nas mãos da casta de políticos profissionais. O liberalismo era apenas uma fachada de oligarquias e classes privilegiadas, que não possuíam receios em utilizar-se de métodos fascistas quando necessário. A convivência das potências ocidentais com o regime franquista era a melhor demonstração disso.

Por outro lado, a União Soviética não se apresentava como uma alternativa mais eficiente. Apesar da presença de eleições e de se reivindicar socialista, o Estado soviético era submetido à direção do Partido Comunista, cujos burocratas eram privilegiados. Longe de ser um verdadeiro socialismo, anarquistas o consideravam

como um Capitalismo de Estado, na qual o governo agia como um burguês.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de democracia é diversificada, podendo ser compreendida de diversas formas. Hegemonicamente, em nossa sociedade, é associada ao sistema liberal capitalista, ou seja, um governo representativo formado por políticos eleitos; no entanto, a ampla maioria dos escritos anarquistas, apresentados no jornal *Ação Direta*, caminha em sentido oposto. Democracia é vista como uma forma de governo popular na qual a população exerceria o poder sem intermediários, através de organismos deliberativos e instâncias compostos por delegados rotativos.

Havia a intenção evidente de se disputar a palavra e seu significado por parte dos anarquistas brasileiros, produzindo um novo sentido associado às posições socialistas e libertárias. A Democracia, para os anarquistas, quando exercida de maneira direta, valoriza a participação, rejeitando a noção de se alienar o poder de decisão em prol de um político profissional ou partido.

É em defesa dessa ideia de se praticar o autogoverno, ou autogestão, que o anarquismo se opõe às propostas de

outras forças políticas, como o marxismo representado no socialismo soviético. Anarquistas se viam como socialistas e colocados à esquerda no cenário político, mas entendiam que a igualdade social só poderia ocorrer caso não se reproduzisse a cisão entre governantes e governados.

O periódico fornece evidências que corroboram uma leitura mais rigorosa do Anarquismo, para além de interpretações errôneas e estereótipos equivocados, apontando-o como uma importante fonte de teoria política contemporânea.

6. FONTES

- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 4.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 5.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 6.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 7.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 8.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 9.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 10.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 11.
- Ação Direta, Rio de Janeiro, 1946, nº 12.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. hedra, 2015.

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. 2003.

CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica*. São Paulo: USP (*Mudança Social e Participação Política*), 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo: *Ciências Humanas*, p. 68, 1980.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. São Paulo, 2007, p. 253, Projeto História, n. 35.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. Contexto, 2001.

LOSURDO, Domenico. *O que é o liberalismo? Por uma contra-história.* movimento-revista de educação, n. 10, 2004.

LÖWY, Michael. Dez teses sobre a ascensão da extrema direita europeia. Tradução Úrsula Passos. In: *Jornal Correio do Brasil*. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/destaque-do-dia/lowy-dez-teses-sobre-a-ascensao-da-extremadireita-europeia/710826/>> Acesso em 11/08/2019.

LÖWY, Michael. *A extrema-direita: Um fenômeno global*. 2019. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2019/01/15/a-extrema-direita-um-fenomeno-global/>> Acesso em: 11/08/2019.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina De. *História da imprensa no brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. 260-263 p.

MEIRELES, Ana. Le Pen muda a página do partido com um objetivo: chegar ao poder. *Diário de Notícias*, 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/le-pen-muda-a-pagina-do-partido-com-um-objetivo-chegar-ao-poder-9178788.html>>. Acesso em: 11/08/2019.

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo-antigo e moderno*. É Realizações Editora Livraria e Distribuidora LTDA, 2016.

PEDRO, Felipe Corrêa et al. "Unidade real de pensamento e ação": teoria política e trajetória de Mikhail Bakunin. 2019.

SILVA, Rafael Viana da. *Elementos inflamáveis: organizações e militância anarquista no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1964)*. Editora Prismas, 2017.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. *Apresentando Chama Negra*, 2013 (2009). Disponível em: <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2013/08/michael-schmidt-e-lucien-van-der-walt-apresentando-chama-negra.pdf>. Acesso em: 04/03/2018.

ZICMAN, Renée B. *História através da Imprensa: Algumas considerações metodológicas*. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 4, p. 89-102, 1985.